



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

Ofício Circular nº. 120/2021-CGJCE

Fortaleza, 27 de maio de 2021.

**Processo Administrativo nº 8500101-83.2021.8.06.0026/CGJCE**  
**Assunto: Instituição do Sistema de Controle de Contas dos Interinos**

Excelentíssimos(as) Senhores(as),

O Excelentíssimo Senhor Corregedor-Geral da Justiça, à época Desembargador Teodoro Silva Santos, no uso de suas atribuições legais, vem dar ciência aos(as) Senhores(as) Magistrados(as), Notários e Registradores das Serventias Extrajudiciais, acerca do Provimento nº 03/2021/CGJCE.

Atenciosamente,

**FRANCISCO LINDOMAR RODRIGUES DA SILVA**  
Gerente Administrativo da CGJCE



## CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

### ATOS, RESOLUÇÕES E OUTROS EXPEDIENTES

#### CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

##### PROVIMENTO Nº 03/2021/CGJCE

Institui o Sistema de Controle de Contas dos Interinos - Sin-CCI e regulamenta a forma de apresentação da prestação de contas das serventias extrajudiciais vagas.

**O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, Desembargador TEODORO SILVA SANTOS**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso V do Artigo 41 do Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará – CODOJECE (Lei Estadual Nº 16.397/2017);

**CONSIDERANDO** que compete à Coordenadoria de Fiscalização das Unidades Extrajudiciais analisar a prestação de contas das serventias sob responsabilidade de interinos e interventores para a emissão de relatório e parecer técnico, segundo previsto no art. 41 do Regimento Interno da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Ceará, Res. nº 03/2020.

**CONSIDERANDO** que os responsáveis por serventias extrajudiciais com titularidade vaga não podem obter remuneração superior a 90,25% do subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), conforme prevê o art. 37, XI da Constituição Federal;

**CONSIDERANDO** a necessidade de os responsáveis das serventias extrajudiciais com titularidade vaga prestarem contas mensalmente conforme Provimento nº 08/2014/CGJCE, Res. nº 80/2009/CNJ e Provimento nº 45/2015/CNJ;

**CONSIDERANDO** a necessidade de melhorias nas ferramentas de fiscalização das serventias extrajudiciais vagas com o intuito de melhorar a transparência e comunicação destas serventias com a Corregedoria-Geral da Justiça durante o processo de análise das contas apresentadas, bem como aumento da eficiência e eficácia dos procedimentos;

#### RESOLVE:

**Art.1º** Estabelecer a utilização do Sistema de Controle de Contas dos Interinos (Sin-CCI) sob gerenciamento da Coordenadoria de Fiscalização de Unidades Extrajudiciais.

**Parágrafo único.** O sistema estará disponível no endereço eletrônico <https://sin-cci.tjce.jus.br/>.

**Art. 2º** Coordenadoria de Fiscalização de Unidades Extrajudiciais ficará responsável por disponibilizar o acesso aos usuários das serventias extrajudiciais;

**§1º** A solicitação do acesso deverá ser realizada pela serventia extrajudicial por meio do e-mail ([cgj.inspecao.extrajudicial@tjce.jus.br](mailto:cgj.inspecao.extrajudicial@tjce.jus.br)), encaminhando em anexo portaria e termo de exercício do interino.

**§2º** O acesso da serventia extrajudicial somente será disponibilizado ao Responsável Interino da respectiva serventia.

**Art. 3º** A Corregedoria indicará por portaria as serventias que deverão apresentar suas prestações de contas via Sin-CCI, não sendo necessária a realização por todas as serventias vagas.

**Parágrafo Único.** A prestação de contas por meio do Sin-CCI não substitui a necessidade de envio da documentação ao Sisguias.

**Art. 4º** A Corregedoria deverá promover treinamento junto aos responsáveis interinos designados para a utilização do Sin-CCI.

**Art. 5º** A documentação necessária para a comprovação de cada tipo de despesa está disposta no Anexo I deste Provimento e constará como glossário no Sin-CCI.

**Art. 6º** O responsável interino no cuja serventia for estabelecida por Portaria da Corregedoria Geral da Justiça para realizar prestação de contas através do Sistema de Controle de Contas dos Interinos (Sin-CCI) que não atender as diretrizes deste Provimento e demais atos atinentes à prestação de contas, estará sujeito a responsabilidade disciplinar a ser apurada pelo Juiz Corregedor Permanente.

**Art. 7º** A prestação de contas da serventia deverá ser realizada mensalmente até o dia 10 (dez) do mês subsequente, conforme disposto no Art. 11, parágrafo único do Provimento 15/2019-CGJCE.

**Art. 8º** Após o encaminhamento dos dados ao Sin-CCI a Coordenadoria de Fiscalização de Unidades Extrajudiciais analisará os documentos enviados e caso necessário solicitará, via Sin-CCI, documentação adicional para fins de comprovação das despesas, que deverá ser encaminhada em até 5 (cinco) dias úteis. Com o recebimento da documentação o corpo técnico da Coordenadoria supracitada emitirá parecer técnico, o qual deverá ser homologado pelo Desembargador-Corregedor e encaminhado a Serventia e ao Juiz Corregedor Permanente da respectiva Comarca, para ciência e devidas providências. Após o recebimento do parecer final, a serventia terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para impetrar recursos, os quais deverão ser



encaminhados via malote digital fazendo alusão ao número do processo do respectivo parecer.

**Art. 9º** Caberá ao Juiz Corregedor Permanente das Comarcas cujas serventias forem indicadas em portaria para prestação de contas via Sin-CCI, o acompanhamento das pendências da respectiva serventia durante o processo de cobrança de eventual excedente remuneratório, bem como ficam responsáveis pela autorização das despesas conforme disposto no Art. 1034 do Provimento 08/2014-CGJCE.

**Art. 10.** Caberá à Corregedoria-Geral da Justiça revisar semestralmente as serventias sujeitas às prestações de contas via Sin-CCI, realizando a exclusão ou inclusão de serventias de acordo com o perfil estabelecido para análise.

**Art. 11.** Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário

**REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.**

Gabinete do Corregedor-Geral da Justiça, Fortaleza-CE, 28 de janeiro de 2021.

**DESEMBARGADOR TEODORO SILVA SANTOS  
CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA**

**ANEXO ÚNICO DO PROVIMENTO Nº 03/2021/CGJCE**

**CHECKLIST DE ENVIO DE DOCUMENTAÇÃO MENSAL**

**DESPESAS DE PESSOAL (Preposto/Funcionários)  
Com os respectivos comprovantes de pagamentos:**

<b>3.DESPESAS</b>
<b>3.1. DESPESAS DE PESSOAL</b>
<b>3.1.1. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS</b>
<b>SALÁRIOS</b>
Folha de pagamento (devidamente assinada, com recibo/comprovante de pagamento);
Relação de empregados do programa GFIP/SEFIP;
Protocolo de envio de arquivos Conectividade Social;
<b>ADIANTAMENTOS (SALÁRIOS / FÉRIAS / 13º SALÁRIO)</b>
Adiantamento da folha de pagamento (devidamente assinada, com recibo/comprovante de pagamento);
<b>INSS</b>
INSS – Guia da Previdência Social (GPS cód. 2100), com comprovante de pagamento e relatório GFIP/SEFIP completo;
<b>IRRF (FOLHA / FÉRIAS / RESCISÕES / 13º SALÁRIO)</b>
IRRF (DARF Cód.0561), com comprovante de pagamento;
<b>FGTS (GRF / GRRF)</b>
FGTS – Guia de Recolhimento sobre a folha de pagamento (GRF), com comprovante de pagamento e relatório GFIP/SEFIP completo;
FGTS – Guia de Recolhimento de Fins Rescisórios (GRRF), com comprovante de pagamento e demonstrativo da multa rescisória;
<b>FÉRIAS</b>
Aviso/Recibo férias (devidamente assinado, e com recibo/comprovante de pagamento);
<b>RESCISÕES</b>
Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho (devidamente assinado, e com recibo/comprovante de pagamento);
<b>13º SALÁRIO</b>
Folha de pagamento (devidamente assinada, com recibo/comprovante de pagamento);
Relação de empregados do programa GFIP/SEFIP;



Protocolo de envio de arquivos Conectividade Social;
<b>OUTROS (ESPECIFICAR)</b>
Documento de valor fiscal + comprovante de pagamento
<b>3.1.2. BENEFÍCIOS</b>
<b>VALE-TRANSPORTE</b>
Vale-transporte (com comprovante de pagamento e desconto na folha de pagamento conforme convenção coletiva de trabalho 2020/2021 estabelecida junto ao SINOREDI);
Demonstrativo Vale-transporte (relação dos funcionários cadastrados)
<b>VALE-REFEIÇÃO</b>
Vale-Alimentação (documento fiscal- NFe ou Cupom fiscal, comprovante de pagamento, desconto na folha de pagamento conforme convenção coletiva de trabalho 2020/2021 estabelecida junto ao SINOREDI, e quando houver empresa especializada na prestação do serviço, ex: Alelo ou Sodexo, encaminhar contrato e listagem de funcionários beneficiados);
Demonstrativo Vale-Alimentação (relação dos funcionários cadastrados)
<b>ASSISTÊNCIA MÉDICA / ODONTOLÓGICA</b>
Assistência Médica/Odontológica (documento fiscal- NFe ou Cupom fiscal e comprovante de pagamento);
Demonstrativo Assistência Médica/Odontológica (relação dos funcionários cadastrados)
<b>OUTROS (ESPECIFICAR)</b>
Documento de valor fiscal + comprovante de pagamento
<b>3.2. DESPESAS GERAIS / ADMINISTRATIVAS / SERV.TERCEIROS / OBRIGAÇÕES LEGAIS</b>
<b>3.2.1. DESPESAS GERAIS/ADMINISTRATIVAS</b>
<b>ABASTECIMENTO DE ÁGUA (CAGECE / SAAE )</b>
Guia de pagamento – Água e Esgoto (em nome do cartório);
Comprovante de pagamento
<b>ENERGIA ELÉTRICA (ENEL)</b>
Guia de pagamento – Energia Elétrica (em nome do cartório);
Comprovante de pagamento
<b>TELEFONIA / INTERNET</b>
Guia de pagamento – Telefonia (em nome do cartório); com comprovante de pagamento
Guia de pagamento – Internet (em nome do cartório); com comprovante de pagamento
<b>ALUGUEL IMÓVEL</b>
Contrato de Aluguel de Imóvel
Comprovante de pagamento
<b>CONDOMÍNIO</b>
Comprovante de pagamento
<b>VIGILÂNCIA / SEGURANÇA</b>
Contrato de Vigilância/Segurança e/ou Nota Fiscal;
Comprovante de pagamento
<b>SEGUROS</b>
Apólice de seguro
Comprovante de pagamento

**MANUTENÇÃO / ALUGUEL DE SISTEMA**

Contrato de Manutenção /Aluguel de Sistema e/ou Nota Fiscal;

Comprovante de pagamento

**ENTIDADE DE CLASSE – ANOREG, ARPEN, etc.**

Comprovante de pagamento

**MATERIAL DE ESCRITÓRIO / EXPEDIENTE**

Documento fiscal- NFe ou cupom fiscal;

Comprovante de pagamento

**CORREIOS / CORRESPONDÊNCIA**

Comprovante de postagem

**OUTROS (ESPECIFICAR)**

Documento de valor fiscal + comprovante de pagamento

**3.2.2. SERVIÇOS DE TERCEIROS****ASSESSORIA JURÍDICA**

Autorização do Juiz da Comarca

Contrato de Prestação de Serviços de Assessoria Jurídica e/ou Nota fiscal

Relação de demandas judicializadas em nome do Interino em relação a serventia

Comprovante de pagamento

**ASSESSORIA CONTÁBIL**

Contrato de Prestação de Serviços de Assessoria Contábil e/ou Nota fiscal

Comprovante de pagamento

**LOCAÇÃO DE BENS**

Contrato de Aluguel dos bens e/ou Nota Fiscal

Comprovante de pagamento

**FOTOCÓPIA / ENCADERNAÇÃO / SERV.GRÁFICOS**

Nota Fiscal

Comprovante de pagamento

**OUTROS (ESPECIFICAR)**

Contrato de Prestação de Serviços e/ou Nota Fiscal

Comprovante de pagamento

**3.2.3. OBRIGAÇÕES LEGAIS****IPTU**

Guia de Recolhimento

Comprovante de pagamento

**ISS\***

Guia de Recolhimento

Comprovante de pagamento

**OUTROS (ESPECIFICAR)**

Guia de Recolhimento

Comprovante de pagamento

**3.3. INVESTIMENTOS/IMOBILIZADO**



<b>EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA</b>
Nota Fiscal
Comprovante de pagamento
<b>MÁQUINAS / EQUIPAMENTOS</b>
Nota Fiscal
Comprovante de pagamento
<b>MÓVEIS</b>
Nota Fiscal
Comprovante de pagamento
<b>OUTROS (ESPECIFICAR)</b>
Documento de valor fiscal + comprovante de pagamento
<b>OBS. OUTROS DOCUMENTOS PODERÃO SER SOLICITADOS DE ACORDO COM O PROCESSO DE ANÁLISE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS.</b>

**ESTADO DO CEARÁ**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
 CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

#### **PROVIMENTO Nº 02/2021/CGJCE**

Institui o Código de Normas Judiciais, no âmbito do Estado do Ceará, em substituição aos provimentos anteriores que versem sobre o tema, expedidos por esta Corregedoria-Geral da Justiça.

O **DESEMBARGADOR TEODORO SILVA SANTOS**, Corregedor-Geral da Justiça do Estado do Ceará, no uso de suas atribuições institucionais, legais e regimentais;

**CONSIDERANDO** a necessidade de revisar e atualizar o Código de Normas Judiciais desta Corregedoria, em especial os arts. 1º ao 138 do Provimento nº 01/2007/CGJCE (DJe de 22/01/2007), o qual reflete a realidade procedimental de outros tempos e por esta razão se encontra bastante desatualizado, notadamente em decorrência das inúmeras alterações normativas, no âmbito administrativo e judicial;

**CONSIDERANDO** o número de atos normativos editados ao longo dos anos, de modo esparso, por esta Corregedoria-Geral da Justiça, bem como a necessidade de consolidar tais atos, com vistas a racionalizar e facilitar a consulta às orientações neles contidas;

**CONSIDERANDO** o resultado dos trabalhos realizados pela Comissão de Revisão e Atualização do Código de Normas Judiciais, instituída pela Portaria nº 06/2020/CGJCE e alterada pelas Portarias nºs. 12/2020/CGJCE e 30/2020/CGJCE;

**CONSIDERANDO** os termos do despacho proferido pelo Corregedor-Geral da Justiça, nos autos do processo administrativo nº 8503700-98.2019.8.06.0026 (fl. 601);

#### **RESOLVE:**

**Art. 1º** Instituir o Código de Normas Judiciais, no âmbito do Estado do Ceará, em substituição aos provimentos anteriores que versem sobre o tema, em especial os artigos 1º a 138 do Provimento nº 01/2007, datado de 19 de janeiro de 2007, desta Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Ceará.

**Art. 2º** Revogar os normativos anteriores, em especial os Provimentos nºs 03/2001/CGJCE, 01/2007/CGJCE, 08/2007/CGJCE, 05/2008/CGJCE, 06/2008/CGJCE, 01/2009/CGJCE, 03/2009/CGJCE, 05/2009/CGJCE, 07/2009/CGJCE, 05/2010/CGJCE, 08/2010/CGJCE, 07/2011/CGJCE, 04/2012/CGJCE, 01/2013/CGJCE, 03/2013/CGJCE, 04/2013/CGJCE, 07/2013/CGJCE, 09/2013/CGJCE, 13/2013/CGJCE, 02/2014/CGJCE, 03/2014/CGJCE, 05/2014/CGJCE, 07/2014/CGJCE, 09/2015/CGJCE, 13/2015/CGJCE, 02/2016/CGJCE, 04/2016/CGJCE, 05/2016/CGJCE, 02/2017/CGJCE, 05/2017/CGJCE, 08/2017/CGJCE, 11/2017/CGJCE, 02/2018/CGJCE, 05/2018/CGJCE, 06/2018/CGJCE, 07/2018/CGJCE, 08/2018/CGJCE, 10/2018/CGJCE, 22/2018/CGJCE, 01/2019/CGJCE, 13/2019/CGJCE, 14/2019/CGJCE, 19/2019/CGJCE, 20/2019/CGJCE, 21/2019/CGJCE, 23/2019/CGJCE, 24/2019/CGJCE, 25/2019/CGJCE, 01/2020/CGJCE, 02/2020/CGJCE, 15/2020/CGJCE, 22/2020/CGJCE, 23/2020/CGJCE, 25/2020/CGJCE, 26/2020/CGJCE, as Portarias nºs 08/2020/CGJCE e 33/2020/CGJCE e, quaisquer outros atos da Corregedoria-Geral da Justiça que contenham disposições contrárias ao Novo Código de Normas Judiciais.

**Art. 3º** Este provimento entra em vigor na data de sua publicação.

#### **REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.**

Gabinete do Corregedor-Geral de Justiça, em Fortaleza, 18 de janeiro de 2021.

**DESEMBARGADOR TEODORO SILVA SANTOS**  
**CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**